



# DIÁRIO

## *da Assembleia Nacional*

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA

### **REUNIÃO DA 2.<sup>a</sup> COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011**

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. José Diogo

**Secretários:** Ex. <sup>mo</sup> Sr. António Ramos

### **SUMÁRIO**

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas.

A 2.<sup>a</sup> Comissão Especializada Permanente procedeu à análise na especialidade do orçamento da Presidência da República.

Fizeram uso da palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos) e Sr. Chefe

da Casa Civil da Presidência da República (Amaro Couto).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 9 horas e 30 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 9 horas.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Alexandre da Conceição Guadalupe**

**José da Graça Diogo**

**José António Sacramento Miguel**

**Octávio da Costa de Boa Morte Fernandes**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

**António Neves Sacramento Barros**

**António da Trindade Afonso Ramos**

**Dionísio Fernandes Leopoldino**

**Gaudêncio Costa**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Gil Mascarenhas Costa**

**O Sr. Presidente:** — Vamos dar início aos nossos trabalhos de hoje com algum atraso dos Srs. Deputados, mas o essencial é que estejam cá para podermos iniciar o nosso debate, na especialidade.

Dito isto, começaria por agradecer a presença de todos cá presentes, os Srs. Deputados, os Srs. Ministros, o Chefe da Casa Civil da Presidência da República e o Director da Administração e Finanças da Presidência.

Gostaria de relembrar que estamos em sede da 2.ª Comissão, vamos discutir o OGE e as GOP na especialidade e gostaria de fazer um apelo para cingirmo-nos apenas à temática que vamos abordar aqui, que tem a ver com a discussão na especialidade. Se porventura há da parte dos Srs. Deputados outras questões, no sentido de colaborar para a melhoria do orçamento, gostaria que o fizéssemos para ajudar o País a ter um Orçamento exequível no próximo ano. Não vou detalhar muito mais.

Gostaria também de informar que elaborámos uma agenda de trabalho e vou passar a informar, imediatamente, aos presentes. Portanto, vamos ter sessões ao longo desses dias. Iniciamos hoje quarta-feira e terminaremos no sábado. Temos previsto para hoje o início dos trabalhos na especialidade, sectorialmente com a Presidência da República, e faremos em seguida com o Gabinete do Primeiro-Ministro. Das 8 horas e 30 minutos às 10 horas e 30 minutos, apreciaremos esses dois órgãos. Depois, das 10 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades. Na parte da tarde, a partir das 12 horas e 45 minutos às 14 horas e 45 minutos será o Ministério da Defesa e Segurança Pública. Haverá um intervalo de 15 minutos para, enfim, lancharmos.

Srs. Deputados, é preferível informar em função dos dias ou dar já todas as informações?

**Vozes:** — Todos temos o calendário.

**O Sr. Presidente:** — Todos têm conhecimento.

Não sei se há grandes constrangimentos no que diz respeito ao orçamento da Presidência da República. Todavia, estando cá presente o Chefe da Casa Civil, não sei se quererá fazer alguma abordagem do orçamento que nos apresentou, em jeito de contribuição, para podermos depois também perguntar aos Srs. Deputados se quererão fazer perguntas.

Tem a palavra o Chefe da Casa Civil, para uma intervenção.

**O Sr. Chefe da Casa Civil da Presidência da República (Amaro Couto):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Estamos aqui porque fomos convidados para a discussão na especialidade do orçamento da Presidência da República.

Gostaria de dizer que o orçamento da Presidência da República que consta do OGE foi discutido previamente entre os nossos serviços e a Direcção das Finanças e do Orçamento e não temos nada a acrescentar sobre o mesmo. No entanto, há um problema que queremos salientar para conhecimento, talvez. Os actuais serviços da Presidência encontraram uma dívida pública acumulada na ordem de 13 mil milhões de dobras. Essa dívida vem sendo um acumulado de compromissos assumidos na praça há mais de 10 anos. Parece-me que a dívida é já do conhecimento das Finanças. Por nosso lado, constatamos essa realidade, mas importa dizer que o actual Presidente não tem nada a ver com ela.

Estamos a trabalhar para propor uma estratégia para permitir que o Estado honre com os seus compromissos para com a praça. Vamos trabalhar nela e depois discutiremos convenientemente com o Governo através das Finanças. Era apenas para deixar aqui essa informação.

Penso que esta dívida não consta do orçamento, mas constava da proposta anterior e é na ordem de Dbs.13 652 226 000 00 (treze mil milhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e vinte e seis mil dobras). A particularidade desta dívida é que ela é superior ao orçamento que está previsto para a Presidência da República no corrente ano.

O Sr. Presidente: — Acabamos de ser informados sobre uma situação pendente na Presidência da República. É verdade que, em termos orçamentais, aquilo que tenho cá são cerca de 11 mil milhões, portanto, corresponde o que acabou de dizer.

Em seguida, convidaria talvez o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional para prestar algum esclarecimento, com base naquilo que fora dito.

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Realmente temos conhecimento dessa dívida. Aliás, o Sr. Primeiro-Ministro fez referência ao montante total das dívidas que temos na praça, dos compromissos assumidos nos anos anteriores, que o orçamento anual não comporta. Por isso temos que fazejar o pagamento delas.

Portanto, dentre os 26 milhões de dólares da dívida dos anos anteriores, está incluída, aproximadamente, 700 mil dólares da dívida da Presidência. Desde o ano passado que tentamos inscrever no orçamento um montante para o pagamento ou diminuição dessas dívidas. Este ano temos uma inscrição de 37 mil milhões de dobras, que está na rubrica «encargos gerais», que se destina a solver, portanto, essa e outras dívidas, faseadamente. Entenderá que num só orçamento não teremos capacidade para solver s dívidas todas.

Por isso, decidimos solvê-las, faseadamente, de ano para ano. No orçamento de «encargos gerais» há uma dívida de Dbs. 37 466 000 00 (trinta e sete milhões e quatrocentos e sessenta e seis mil dobras), que são dívidas de exercícios findos que aqui vamos tentar solver este ano. Nos anos seguintes vamos solver outra parte.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, obrigado pela explicação dada.

Queria ouvir da parte da Presidência se tem alguma opinião que quererá avançar, ou se está satisfeito com o que o Ministro acabou de dizer.

O Sr. Chefe da Casa Civil da Presidência da República: — Sr. Presidente, gostaria de aproveitar para agradecer o Sr. Ministro das Finanças por essa informação.

Parece que a questão está a ser tratada e está prevista. A informação que me acabaram de dar é que essa dívida engloba um conjunto de dívidas de investimento e outras também de funcionamento corrente. Agora, gostaria de saber efectivamente se elas estão devidamente previstas nesta estratégia de pagamento.

Nós da Presidência gostaríamos de estar envolvidos no processo de liquidação dessas dívidas, porque é uma situação que encontramos e gostaríamos de segui-la evê-la devidamente tratada e em boas condições.

Portanto, quanto a essas duas componentes, de investimento e de despesas correntes, gostaríamos de saber em que medida uma e outra serão tratadas, em que condições e se já existe uma programação de liquidação e se já há aspectos práticos para tratar e resolver esse problema ou se teremos ainda que ver isso directamente com a Direcção das Finanças.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro quer avançar mais alguma explicação?

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — Sr. Presidente, é claro que esse aspecto será visto no momento da execução. Vamos ter um programa de pagamento dessas dívidas e discutiremos sectorialmente com a Presidência, de forma a vermos como é que sanaremos esta e aquela situação.

O Sr. Presidente: — Não sei se da parte dos Srs. Deputados há alguma questão.

Podemos considerar então que o orçamento da Presidência está aprovado. Portanto, iremos tomar nota daquilo que acabamos de discutir aqui.

Se não há outra questão relacionada com a Presidência da República, agradeço a vossa presença e dou por encerrada esta primeira parte da reunião.

*Eram 9 horas e 30 minutos.*